



Educar para a cidadania planetária: discursos ou possibilidades?

Paulo de Tássio Borges da Silva
Isabel Santana Santos

“A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo da adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo” (ADORNO, 1995, p. 143).

Resumo

O presente trabalho parte de análises acerca da “educação ambiental e diversidade”. Através de uma análise bibliográfica, ele se pretende à reflexão dos discursos e possibilidades na construção da cidadania planetária. Seguindo essa análise, nossa contribuição está em pensar: O que a educação pode fazer e contribuir na construção de uma cidadania planetária? Nosso itinerário de escrita fundamenta-se no livro “Ecopedagogia e Cidadania Planetária”, de Gutiérrez e Prado (2000), dialogando com leituras de autores como Leonardo Boff (1995), Guattari (2005), Capra (2007), Gonçalves (1993) e Adorno (1995); na análise de documentos como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal, e na Campanha da Fraternidade do ano 2007, lançada pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A opção por tais referenciais teóricos deve-se ao fato de se acreditar que o processo de aquisição do conhecimento, bem como a cidadania planetária se constroem na diversidade e coletividade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Diversidade; Cidadania Planetária

Abstract

This paper is built on the analysis about “environmental education and diversity”. Through a bibliographic analysis, it intends to reflect about discourses and possibilities in the construction of a planetary citizenship. Following this analysis, our contribution is in wondering: What can education do and contribute for a construction of a planetary citizenship? Our reading itinerary is found on the book “Ecopedagogia e Cidadania Planetária”, by Gutiérrez e Prado (2000) in dialogue with authors such as Leonardo Boff (1995), Guatarri (2005), Capra (2007), Gonçalves (1993) and Adorno (1995); in document analysis such as Growth Acceleration Program released by the Federal Government, and the 2007 Fraternity Campaign, released by the National Committee of Bishops from Brasil. The option for such theoretical references is due to the belief that the process of knowledge acquisition as well as planetary citizenship are built based on collectivity and diversity.

Keywords: Environmental education; Diversity; Planetary citizenship

Considerações iniciais

O texto em questão fundamenta-se no livro "Ecopedagogia e Cidadania Planetária", de Gutiérrez e Prado (2000), dialogando com leituras de autores como Leonardo Boff (1995), Guatarri (2005), Capra (2007), Gonçalves (1993) e Adorno (1995); em análise de documentos como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal, e na Campanha da Fraternidade do ano 2007, lançada pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A opção por tais referenciais teóricos deve-se ao fato de se acreditar que o processo de aquisição do conhecimento, bem como a cidadania planetária se constroem na diversidade e coletividade.

O estudo está inserido em uma abordagem bibliográfica, tendo como objetivo problematizar as possibilidades de construção de uma "cidadania planetária" a partir do ato educativo, não estando este resumido aos processos educativos formais, mas a todos aqueles fenômenos que perpassam os agenciamentos de criação, transmissão e aprendizagens no relacionar-se com o meio ambiente. Nesta perspectiva, Adorno (1995) ressalta que o ato de educar não consistiria em uma "[...] modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não [é] a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira" (ADORNO, 1995, p. 141).

Primeiras reflexões

A caminhada do movimento ecológico emerge na década de 1960, com o questionamento sócio-político e cultural por diversos movimentos sociais com inspiração socialista. Acerca dessa questão, Gonçalves (1993) afirma que é a partir do momento em que o movimento operário se institucionaliza nos países capitalistas e se centraliza e burocratiza nos socialistas que os movimentos das mulheres, dos negros, os movimentos ecológicos começam a ser autônomos, pois, até então, tinham as suas especificidades subordinadas aos interesses de emancipação do proletariado.

O movimento ecológico nasce no Brasil na década de 1970, em meio à ditadura, com as represálias dos militares que perseguiram e abateram diversos movimentos sindicais e estudantis. Momento em que a esquerda brasileira acreditava que o subdesenvolvimento do país se devia ao imperialismo aliado à oligarquia latifundiária. Desta forma, deveria haver uma revolução anti-imperialista de caráter popular, e com o apoio de setores da burguesia nacional. Acompanhando esta reflexão, Gonçalves (1993) nos diz: "Todavia, aqui a burguesia nacional não optou por essa via e se aliou à burguesia internacional, [sendo que] a FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo foi a grande articuladora dessa aliança desde a década de 50" (GONÇALVES, 1993, p. 13).

Neste sentido, os interesses deslocam-se das considerações nacionais que envolvem as questões sociais para um plano técnico-econômico desenvolvimentista. Neste sentido, a burguesia brasileira consegue atrair investimentos estrangeiros e apoio da tecnoburocracia civil e militar.

Gonçalves (1993) observa que:

Sob a égide do capital internacional que o Brasil alcançará o maior desenvolvimento industrial de sua história. Esse desenvolvimento se fazia ainda num país onde as elites dominantes não tinham por tradição respeito seja pela natureza, seja pelos que trabalham. A herança escravocrata da elite brasileira se manifestava numa visão extremamente preconceituosa em relação ao povo, que seria 'despreparado' (GONÇALVES, 1993, p. 14).

Ainda segundo Gonçalves (1993), antes mesmo do movimento ecológico se fortalecer no Brasil, o Estado criou diversas instituições para gerir o meio ambiente, a fim de que os investimentos pudessem aqui aportar. Neste sentido,

São vários os exemplos de concessão de empréstimos internacionais, sobretudo do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para que se

fizesse a demarcação das terras indígenas, das terras de posseiros e relatórios de impacto ambiental, cujos recursos não foram utilizados para os fins aos quais se destinavam (GONÇALVES, 1993, p. 15).

A partir deste fato, pode-se perceber que não houve uma fiscalização adequada dos investidores quanto à consolidação dos propósitos destas aplicações, ocorrendo um mau gerenciamento da máquina administrativa por parte dos governantes e desconhecimento da população em relação a esses investimentos. Isso acabou beneficiando uma minoria de fazendeiros, que abriu estradas em suas grandes propriedades, e grupos políticos, que utilizaram o dinheiro para fins eleitoreiros. Ao povo brasileiro restaram as altas prestações cobradas pelas instituições financeiras, sendo pagas por meio de impostos abusivos e a falta de investimento em saúde, educação e moradia.

Na década de 1970, o movimento ecológico mostra-se à sociedade brasileira. O Estado passa a ser parte preocupada com a questão ecológica, interessado nos investimentos estrangeiros que só chegariam se fossem adotadas medidas de caráter conservacionistas. Nessa esteira, a anistia traz ao Brasil os exilados que tiveram experiências com movimentos ambientalistas europeus, o que contribuiu para um certo enriquecimento do movimento ecológico brasileiro, principalmente o movimento social gaúcho e o fluminense, na luta nacional da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEB, liderada por Walter Lazarini, contra os agrotóxicos utilizados indiscriminadamente.

Para Gutiérrez e Cruz Prado (2000), a visão racional, positivista e tecnicista do desenvolvimento ambiental, que foi herdada pela industrialização, modernidade ou pós-modernidade, e a tecnocracia estão cedendo lugar a uma visão holística, sistêmica e ecológica. Segundo os autores, na lógica racional, há a negação do sagrado e da subjetividade em nome do progresso e do desenvolvimento. Já a dimensão holística considera o mundo com um olhar relacional e integrador e não como entidades isoladas. Há um sentido de pertença em que o ser humano redescobre o seu lugar, deixa de

ser um mero consumidor e expectador e passa a fazer parte de um conjunto harmonioso no universo.

Segundo Gutiérrez e Cruz Prado (2000), há um retorno à cosmovisão dos povos antigos quando a ciência/física moderna concebe o universo “[...] como uma rede de relações intrinsecamente dinâmica, [fazendo necessária] a reconciliação dos seres humanos e destes com os cosmos” (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 31). Esses autores salientam ainda que o abandono do paradigma herdado de Descartes requer mudanças e respostas políticas, econômicas, culturais e educativas. Para isso, seria necessária uma ecopedagogia. Segundo os mesmos autores, a ecopedagogia relaciona-se “[...] com o desenvolvimento sustentável, a formação da cidadania planetária, criação e promoção da cultura de sustentabilidade” (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 30).

As três ecologias

Para Guatarri (2005), há disparidades locais, regionais, nacionais e planetárias que se referem ao gênero, aos grupos étnicos, à orientação sexual e às classes sociais. De acordo com este autor, é preciso haver uma revolução que esteja encarnada numa ecosofia. A ecosofia seria a articulação ético-política entre os três registros ecológicos, sendo eles o meio ambiente (ecologia ambiental), as relações sociais (ecologia social) e a subjetividade humana (ecologia mental).

A ecologia ambiental consiste em compreender que não estamos sozinhos, fazemos parte de um todo que se interliga. Guatarri (2005) preconiza como uma das maneiras de assumir a própria *psique*. É o que Boff (1995) chama de “comunidade de vida” e Capra (2007) define como “teia de relações e vida”. A ecologia social remete ao desenvolvimento de práticas específicas que tendem a modificar e reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família (com suas diferentes configurações contemporâneas), e do contexto urbano e do trabalho. Já a ecologia mental está relacionada à reinvenção da relação do sujeito com o corpo, com o inconsciente, com o tempo que passa, com os “mistérios” da vida e da morte.

Segundo Guatarri (2005), se não houver uma integração entre as três ecologias podemos sofrer com o crescimento do racismo, da homofobia, do fanatismo religioso, dos cismas nacionalitários, da exploração do trabalho infantil e da opressão das mulheres (machismo e misoginia).

Acerca deste ponto, Gutiérrez e Cruz Prado (2000) acreditam que é necessário revalorizar a consciência “[...] como aspecto chave de nossas relações com a natureza e [...] com o social” (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 31). E relacionar a reconciliação da humanidade pressupõe “[...] recuperar o equilíbrio dinâmico e posicionar-se contra a cultura da produção e do consumo desenfreado, [...] precisamos voltar os olhos a nós mesmos a fim de recobrar essa harmonia que devemos ter com a natureza como indivíduos e como grupos, etnias, povos e conjunto de nações” (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 31).

O Brasil e os desafios da crise ambiental

Num possível diálogo da chamada “crise ambiental”, Gutiérrez e Prado (2000) relatam que há, no cenário atual, duas maneiras distintas no diálogo com essa crise: a desenvolvimentista, com a visão estreita e reducionista da *Gaia*, e a do desenvolvimento sustentável, com uma fundamentação ecológica. Na visão desses autores:

Enquanto o ambientalismo superficial apenas se interessa por um controle e gestão mais eficazes do ambiente natural em benefício do “homem”, o movimento da ecologia fundamentada na ética reconhece que o equilíbrio ecológico exige uma série de mudanças profundas em nossa percepção do papel que deve desempenhar o ser humano no ecossistema planetário (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 31).

Gutiérrez e Prado (2000) salientam que a construção de uma sociedade sustentável requer superação da visão do ambientalismo reducionista, anti-harmônica e conservacionista, fim de privilégios supraracionais da cultura dominante, revalorização das diferentes realidades

culturais, aceitação da fundamentação sobre a vida e o universo das antigas tradições religiosas e descobertas da física de Einstein. Para os autores, "o desafio da sociedade sustentável de hoje é criar novas formas de ser e de estar neste mundo. Para isso, é preciso superar os falsos valores que estão na gênese e no crescimento da sociedade ocidental e sua cultura" (GUTIÉRREZ & PRADO, 2000, p. 34).

No cenário brasileiro, observa-se o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no ano de 2007, no qual se prevê a construção de hidrelétricas, termelétricas, destilarias de álcool, fomento do biocombustível e, entre outras questões, a transposição do Rio São Francisco. Sendo esse Plano de Aceleração e Crescimento justificado em nome do "progresso e modernidade". Contudo, são inúmeras as críticas que o cerceiam por apresentar uma visão de desenvolvimento imediatista, sem levar em consideração a ética do equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável.

A ONG Conservação Internacional (CI) denuncia que a execução do PAC simultaneamente com o Plano Plurianual (PPA) e a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) ameaça metade da área das unidades de conservação do país. O impacto ambiental avaliado pela ONG revela que os projetos causarão danos em 137 unidades de conservação, 107 terras indígenas e 484 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira. Segundo a ONG, o bioma mais afetado é o amazônico, onde 322 áreas ricas em espécies amazônicas serão expostas à pressão humana sem que medidas eficazes para conter os impactos tenham sido discutidas.

Não se admite mais um plano de crescimento no qual a responsabilidade ambiental seja desconsiderada. É notório que, com as obras do PAC, a população migratória será grande. Portanto, o Estado deverá prover infraestrutura rural e urbana, garantir serviços de saúde, educação e saneamento, bem como atenção à perda de qualidade da água e ao desequilíbrio de serviços ambientais. O PAC não pode trazer apenas um crescimento, mas um desenvolvimento que seja vivenciado numa dialética holística.

Paralelo ao PAC, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a Campanha da Fraternidade (C.F.) de 2007, intitulada "Fraternidade e Amazônia", e o lema "Vida e missão neste chão", traz como foco os povos da região amazônica, "[...] sua longa presença no território imenso, sua maneira de conviver com os diferentes e complexos elementos que fazem da Amazônia um lugar diferente, com características que a tornam um bioma, um berço da vida que não se repete em outras regiões da Terra" (C.F., 2007, p. 34). De forma pluriétnica, pluricultural e plurirreligiosa a C.F. mostra os povos da Amazônia. "Povos diferentes, culturas diferentes e religiões diferentes [que] convivem, às vezes em conflito, nessa imensa região" (C.F., 2007, p. 36).

Os povos indígenas¹ convivem a todo instante com ameaças e violências de grileiros, madeireiros e fazendeiros que invadem suas terras retomadas pela Constituição de 1988. Dentro dessa problemática dos conflitos territoriais, as comunidades quilombolas tornaram-se:

Núcleos de agricultores, pescadores, pequenos criadores ou extrativistas [e], nas últimas décadas, seus territórios também vêm sofrendo ameaças e agressões desde a chegada de grileiros, que preparam o avanço dos projetos do grande capital nacional e internacional que pretendem explorar a região em vista dos interesses do mercado liberal e neoliberal (C.F., 2007, p. 45).

Os migrantes nos ciclos da borracha, trazendo à memória o líder sindical Chico Mendes, continuam lutando para a criação de reservas extrativistas e contra os grandes projetos de destruição da Amazônia. Os ribeirinhos continuam insistindo na defesa das águas e do bioma amazônico. Cobram, em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), uma política energética alternati-

¹ O emprego da categoria povo, ao tratar de indígenas, é reconhecido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada no Brasil em 1993, admitindo o direito de autodeterminação cultural e étnica nos marcos do Estado brasileiro.

va, evitando as agressões provocadas pelas hidrelétricas. A luta dos posseiros escancara a demorada reforma agrária brasileira, pois a terra continua sendo um gigantesco e criminoso negócio, levando à morte homens e mulheres. Colonos e migrantes que venderam suas propriedades em nome do falso progresso das grandes plantações de soja se estabelecem em grandes fazendas e aumentam o número de desempregados, tornando-se uma população urbana destituída de condições dignas para uma vida humana.

Na tessitura abordada acima, diante do capitalismo cada vez mais acirrado, da perda de valores e humanidade e das inúmeras teorias e discursos, o que a educação pode fazer a fim de contribuir para a construção de uma cidadania planetária?

Alfabetização ecológica: um caminho possível

Capra (2007) chama a atenção para o que ele denomina de "Alfabetização Ecológica". Na alfabetização ecológica, as pessoas compreenderiam os princípios básicos da ecologia e viveriam de acordo com eles. A ecologia não separa o ser humano do ambiente, ela é antropocêntrica e humanística. Portanto, o grande desafio da educação está em ser humana.

Segundo Boff (2006)², educar é aprender a pensar. Pensar é o que nos dá autonomia. O objetivo principal da educação deve ser o de criar autonomia. Neste sentido, para a construção de uma autonomia "temos que resistir à lógica da cultura dominante, da mercantilização de valores e da educação [...] temos que desenvolver em nós a cooperação e a solidariedade". Boff (2006) destaca que vivemos em redes de relações, nas quais o ser humano é um nó de relações voltado para todas as direções, portanto, somos chamados a "co-existir, co-evoluir e conviver".

² Palestra proferida no Congresso Conhecer 2006, no Espírito Santo, intitulada "A importância das parcerias na educação".

Para Boff (2006), o grande conhecimento moderno é o crítico e não o da hamburguerização da cultura mundial. Segundo esse autor, herdamos o conhecimento produzido pela humanidade, no entanto, não devemos ser meros reprodutores, mas sermos críticos e criativos. Dessa forma, todo estudante deve crescer com o conhecimento crítico, sendo essa crítica acompanhada da autocrítica. A crítica deve identificar os interesses que rompem com a sociedade e ajudar a perceber qual o nosso lugar nesta mesma sociedade.

Considerações finais

Numa dimensão teológica, Boff (1995) afirma que somos todos irmãos e irmãs. Temos os mesmos tijolos básicos que sustentam a vida, e juntos formamos uma comunidade de vida. Na visão desse autor, o universo é formado por cooperação e parcerias, não é feito da norma dos seres reais impossíveis, mas sim de relações. Assim sendo, a escola necessita fazer parcerias com a natureza e com a vida, sendo a educação a do cuidado. Para isso, faz-se necessário superar o antropocentrismo para sermos seres de cuidado e cuidantes, pois é do cuidado que nasce a ética.

Diante dos fatos e aspectos abordados, pode-se inferir que a educação tem um grande papel na construção da cidadania planetária, sendo formadora de valores humanísticos. O desenvolvimento de uma ecopedagogia não pode e nem deve estar submetido a meros ecodiscursos, mas fazer-se prática diária nos diferentes espaços educacionais. A educação para a cidadania planetária, antes de tudo, precisa ser humana. Somente a partir do diálogo e da cooperação conseguiremos uma sociedade mais justa, emancipada, equitativa e, conseqüentemente, mais cidadã.

Referências

ADORNO, Theodor W.. **Educação e Emancipação**. 4. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (Tradução Wolfgang Leo Maar).

BRASIL. **Plano de Aceleração do Crescimento**. <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em: 02 Ago. de 2007.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, Grito da Terra, Grito dos Pobres**. 1. ed.. São Paulo: Ática, 1995.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 2007**: Manual. São Paulo: Salesiana, 2007.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização Ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. 1 ed.. São Paulo: Cultrix, 2007.

CARVALHO, Isabel & SATO, Michele. **Educação Ambiental**: pesquisa e desafios. 1. ed.. São Paulo-SP: Contexto, 1993.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (DES) Caminhos do Meio Ambiente**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

GUATARRI, Félix. **As Três Ecologias**. 16 ed.. São Paulo: Papyrus, 2005.

GUTIÉRREZ, Francisco & PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 2000.

Sobre os autores

Paulo de Tássio Borges da Silva: Mestre em Educação pelo NPGED - UFS, sob a orientação da professora Maria Inêz Oliveira Araújo.

Isabel Santana Santos: Mestre em Educação pelo NPGED - UFS, sob a orientação da professora Maria Inêz Oliveira Araújo.